



CRITÉRIOS E SUA INFLUÊNCIA NA SELEÇÃO DE PROJETOS PARA OS PÚBLICOS PRIORITÁRIOS DA POLÍTICA TERRITORIAL: O CASO DO TERRITÓRIO CENTRO SERRA – RS

**Hector dos Santos Facco
Lucas Moretz-Sohn David Vieira
Silvio Calgaro Neto
José Marcos Froehlich**

Resumo

O trabalho tem como objetivo discutir a pertinência e influência de critérios para seleção de projetos destinados à dotação de recursos para os públicos prioritários da política territorial brasileira, a partir do caso específico do Território Centro Serra do RS. Neste sentido, a política territorial brasileira tem grande impulso a partir do ano de 2003, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. O Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra (CODETER Centro Serra) constituído em 2009, com 48 membros titulares e respectivos suplentes, reunindo representantes de diversas organizações públicas e civis, em torno da promoção e operacionalização do Desenvolvimento Territorial. No território e no próprio CODETER Centro Serra tem-se a presença marcante de povos indígenas e comunidades quilombolas, além de assentados da reforma agrária, que segundo o Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais, devem ser considerados como públicos prioritários para a política territorial. Assim, buscou-se analisar o acesso destes públicos aos recursos da política territorial, em específico do Programa de Infraestrutura dos Territórios Rurais (PROINFs), no período de 2009 a 2016, no Território Centro Serra. Verificou-se que o acesso destes públicos prioritários a esta política pública era historicamente inexpressivo, situação que começou a mudar a partir de 2015, com a discussão e criação de critérios mais objetivos e transparentes para seleção dos projetos. Decorrente disso ocorreu à destinação de recursos dos PROINFs de 2015 e 2016 para estes públicos prioritários da política territorial então vigente.

Palavras chaves: Políticas públicas. Públicos prioritários. Desenvolvimento territorial.

1 INTRODUÇÃO

A ressignificação do espaço e do ambiente no debate e na análise do desenvolvimento culminou em variadas proposições sobre as formas de integração entre o local e o global. Entre estas, a abordagem territorial de desenvolvimento é operacionalizada em âmbito europeu e latino-americano e, cada um a seu modo particular, instituem estratégias para articular o desenvolvimento econômico à construção de diferenciações identitárias territoriais, experiências de gestão social participativa e sustentabilidade ambiental. Neste contexto, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no ano de 2003, a política territorial brasileira teve grande impulso e uma série de ações de caráter territorial passaram a ocupar a agenda dos territórios rurais e de cidadania.



Com suas particularidades, a política territorial brasileira surge como mais um ponto de apoio ao momento histórico de construção de políticas estruturais vivenciadas no Brasil neste início de século XXI e, como tal, estabeleceu a prioridade de beneficiar alguns públicos e/ou grupos sociais, entre estes, as mulheres rurais, os jovens rurais, os povos e comunidades tradicionais, bem como, os assentados de Reforma Agrária. Portanto, considera-se que a política territorial brasileira possa tornar-se também uma estratégia de estruturação mais eficiente para que os recursos do Estado alcancem tais públicos prioritários. Entretanto, esta trajetória de transferência de benefícios estruturantes para os públicos prioritários nem sempre alcançam o destino desejado.

Os Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER's), que são instâncias locais de gestão social dos investimentos da política territorial brasileira, ocupam-se com a construção e seleção de projetos para o Programa de Infraestrutura dos Territórios Rurais (PROINF). Através deste programa, cada colegiado decide sobre o destino de determinados recursos públicos, os quais podem ou não incidir sobre os públicos prioritários. Sendo assim, entende-se que a construção e o uso de critérios de seleção de projetos e propostas pelos Colegiados Territoriais possam qualificar as tomadas de decisões sobre os recursos públicos e, como consequência, influenciar para que tais recursos públicos alcancem como beneficiários os grupos sociais declarados como públicos prioritários.

O presente trabalho, portanto, objetivou analisar o acesso destes públicos aos recursos da política territorial, em específico do Programa de Infraestrutura dos Territórios Rurais (PROINFs), no período de 2009 a 2016, abordando especificamente o caso do Território Centro Serra do RS, examinando se e como a criação de critérios para seleção de projetos pelo CODETER influenciou no acesso de recursos por este públicos prioritários.

Neste contexto, inicia-se este trabalho com uma breve revisão teórica sobre a emergência da abordagem territorial de desenvolvimento no Brasil e suas principais características, permitindo-nos reconhecer e discutir sobre seus públicos prioritários. Logo, avança-se para a apresentação do Território Centro Serra do RS e da presença de públicos prioritários no mesmo, bem como para a análise da destinação dos recursos públicos neste território, diferenciando os processos realizados com e sem o apoio de critérios de seleção de projetos. Por fim, apresentam-se as considerações finais sobre a influência do estabelecimento de critérios claros e transparentes para a seleção de projetos em esferas de gestão social e de sua importância para que as políticas públicas alcancem os públicos prioritários das mesmas.



2 ABORDAGEM E POLÍTICA TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO

A abordagem do desenvolvimento territorial é construída em cima de algumas leituras da realidade, que foram feitas a partir da década de 1970 na Europa, e posteriormente em outros lugares, como em todo continente Sul-americano e, logo, no Brasil.

Por conseguinte, os estudos realizados em nosso país carregam certas particularidades, ao buscar trabalhar esta abordagem construída por fatores econômicos, sociais, ambientais, e as maneiras que estes se inter-relacionam, resultando em processos distintos da realidade de outros países, como tratam os trabalhos de Veiga (2002) e Favareto (2010).

Nosso país decorre de um processo de urbanização e formação dos municípios, como apresenta o censo demográfico (IBGE, 2010), onde dados relativos informam que mais de 80% da população residem no meio urbano, mas uma ressalva tem que ser feita a estes dados: parte desta população considerada urbana se encontra, muitas vezes, longe dos grandes aglomerados urbanos, ou seja, no interior do país, onde estes municípios podem ser considerados com características rurais, por possuírem baixas densidades demográficas e pequenas populações (abaixo de 5000 habitantes). Assim, caracterizando regiões formadas por municípios pequenos, atrelados diretamente às atividades rurais, onde dentro desta característica, temos a formação de territórios rurais, inseridos na abordagem criada para as políticas públicas desempenhadas no momento atual.

A relação dos fatores sociais, políticos e também com participação da academia, a partir do final da década de 1990 e a primeira década do Século XXI, no Brasil, passam a promover ações como pesquisas e políticas de Estado, que caminham para uma abordagem mais vinculada ao territorial (FAVARETO, 2010). E com isto, no ano de 2003, tem-se a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, onde através desta secretaria, cria-se um aparato mais consistente de políticas públicas para este fomento.

A partir deste momento, começávamos a caminhar rumo a uma estratégia de aproximação e das elaborações de políticas que traziam uma gestão voltada para a sociedade civil organizada, promovendo a colaboração entre os setores. E como colocou Freitas et al. (2012), a presença da sociedade civil organizada e a institucionalização de



suas demandas, são fatores fundamentais na conquista de novos direitos sociais e oportunidades de exercício da participação política, assim como da cidadania. Outro ponto que a política territorial elabora e nos traz, é a priorização de determinados públicos, como as comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, além de assentados da reforma agrária. Isso se dá, pelo entendimento que estes públicos demandam uma maior necessidade de estruturação e manutenção das condições perante a outros grupos sociais, por serem historicamente mais vulneráveis socialmente. Conforme um dos objetivos específicos do Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais, expressos por BRASIL (2005, pg. 7), “a gestão, a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais dos territórios rurais, especialmente daqueles que atuam na representação dos agricultores familiares, dos assentados da reforma agrária e de populações rurais tradicionais[...]”, dentro da construção da política territorial no Brasil.

A SDT construiu o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), com uma visão de traçar uma estratégia de desenvolvimento institucional que buscava uma forma de gestão participativa e democrática (FAVARETO, 2010). Conforme o mesmo autor, a Gestão Social Territorial é prioritária para o desenvolvimento institucional, pois pode evidenciar com este modelo novas formas de participação, negociação, alcance de consensos e democratização das decisões, que definem a natureza, o foco e as prioridades na aplicação de recursos destinados a política de desenvolvimento rural.

Na execução da Gestão Social Territorial colegiada, pressupunha-se que ocorreria a formação dos participantes como sujeitos políticos, justamente pelas dinâmicas estabelecidas dentro desta estrutura de colegiado, buscando muitas vezes a participação dos diversos setores, em especial, os que a política define como públicos prioritários, que ao longo da história tiveram inexpressiva participação em espaços como este.

A implementação da PRONAT foi importante para concretizar a experimentação de espaços públicos de participação em uma escala supra Municipal, neste caso, conferindo uma dimensão territorial à ação pública (FREITAS, Alan Ferreira ; FREITAS, Alair Ferreira; MINÁ, Marcelo Dias, 2012). E ainda, conforme os autores, ocorreu à criação de programas de financiamentos - como no caso da destinação de recursos do PRONAF, por meio do PRONAT e através do MDA, na sua linha de infraestrutura e serviços territoriais (PROINF) - para cada território aplicar em projetos territoriais de desenvolvimento rural sustentável.



Nos 13 anos de operação dos PROINFs (de 2003 a 2016), segundo BRASIL (2017e), foi destinado um total de 2.081.855.085,80 reais, que estão ligados diretamente com o incentivo ao desenvolvimento dos territórios, onde 251.971.009,80 reais foram aplicados no estado do Rio Grande do Sul – RS, sendo contemplado um total de 1.439 projetos, nos 18 territórios do Estado.

Atualmente, existe um total de 242 territórios em todo país, e destes, 164 são territórios rurais que integram o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, conforme a Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário (2017), que contemplam os mais diversos atores sociais presentes nestes colegiados. E de acordo com um dos objetivos da política, de contemplar os setores mais vulneráveis, os últimos editais tiveram um recorte para tais públicos, como o Programa de Infraestrutura - PROINF direcionado para a inclusão produtiva de grupos/associações de mulheres no edital de 2016.

Porém, com relação aos editais sem destinação prévia dos recursos a um setor social, muitas vezes surgem dificuldades dos públicos prioritários em acessar estes recursos dentro das articulações territoriais, seja por dificuldades de articulação e participação nas estruturas colegiadas, por conflitos locais, ou ainda, pelos grupos de poder instalados dentro dos colegiados.

Buscando estabelecer uma melhor dinâmica e orientação para a elaboração e acompanhamento dos projetos a serem desenvolvidos e posteriormente contemplados dentro das estruturas do colegiado, bem como nos editais por este acessado, partiu-se dos pressupostos: a) que a elaboração de critérios para avaliação das propostas de projetos na estrutura colegiada poderia vir a beneficiar primordialmente os públicos prioritários dentro da política territorial brasileira; b) que os projetos aprovados teriam uma maior avaliação técnica e social perante o CODETER, em comparação com a metodologia adotada até então, e que se baseava na discussão e votação direta na plenária do colegiado. Desta maneira, a construção dos critérios apresenta-se como uma alternativa a contemplar os pressupostos acima.

Os critérios são elementos a serem considerados para auxiliar no processo de avaliação dos projetos encaminhados para o colegiado, sendo estes relacionados aos quesitos históricos, como as experiências dos projetos anteriores que as entidades proponentes estiverem envolvidas, os quesitos de prioridade frente à política pública, o público envolvido e sua abrangência, entre outros aspectos.



3 O TERRITÓRIO CENTRO SERRA E O USO DOS RECURSOS DO PROINF: ANTES E DEPOIS DOS CRITÉRIOS

Com a criação da SDT, em 2003, e com as experiências territoriais construídas no país até o ano de 2006, motivou os prefeitos dos municípios de Arroio do Tigre, Estrela Velha, Salto do Jacuí, Jacuizinho, Tunas, Lagoão, Segredo, Sobradinho, Ibarama, Passa Sete, Lagoa Bonita do Sul e Cerro Branco, que compunham na época a Associação dos Municípios do Centro Serra (AMCSERRA), a solicitarem a criação do território Centro Serra naquele ano.

Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS do Território Centro Serra (2017), em 2007, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA atendeu à solicitação dos administradores, por terem a identidade da produção na agricultura familiar, baseado nos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH destes municípios, que majoritariamente estão abaixo da média nacional e do Estado do Rio Grande do Sul – RS (IBGE, 2010). Além disto, a região se destaca pela existência dos públicos prioritários dentro da política territorial, como as comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, assentamentos da reforma agrária, tendo ainda um número expressivo de jovens rurais e mulheres trabalhadoras. Com isto, em abril de 2008, se constituiu efetivamente o Território de Desenvolvimento Rural Sustentável – Centro Serra, iniciando a articulação das diversas instâncias organizativas, como a Plenária Territorial e o Núcleo Técnico e Dirigente.

Após várias atividades de organização, sensibilização e articulação, o CODETER do Território Centro Serra “foi formado em janeiro de 2009, com 48 membros titulares e respectivos suplentes representando, de maneira paritária, as diversas instituições públicas e da sociedade civil, dos doze municípios integrantes do território” (BRASIL, 2017a, pg. 7).

O território é composto por uma área de 3.190,28 Km², com uma população total de 79.325 habitantes, distribuídas em 37.349 urbanos e 41.976 residentes na área rural, conforme a figura 01 (BRASIL, 2017b). Assim, estes dados demonstram a característica rural do território, contrastando aos dados nacionais, onde mais de 80% da população está na área urbana, segundo IBGE (2010). Com isto, no setor agrícola, ocorre majoritariamente a presença da agricultura familiar, representada em cerca de 10000 estabelecimentos ocupados rurais, conforme IBGE (2010), onde cabem fazer melhor caracterização dos povos indígenas, quilombolas e agricultores assentados da reforma agrária, presentes no território.



Sobre os povos indígenas, são compostos de duas etnias, Guarani e Kaingang, somando 117 famílias, distribuídas no município de Salto do Jacuí, situadas em três áreas: sendo duas Kaingang e uma Guarani. Já no município de Estrela Velha, temos uma aldeia pertencente à etnia Guarani (BRASIL, 2017a). Conforme BRASIL (2017a), os quilombolas somam 71 famílias, alojadas nas Comunidades Quilombolas Júlio Borges (Salto do Jacuí), Rincão dos Caixões (Jacuizinho) e Linha Fão (Arroio do Tigre), ocupando um total de 43 hectares, embora hoje não seja mais esta realidade, uma vez que as duas primeiras comunidades foram beneficiadas com a aquisição de novas terras. Como no território predomina pequenas propriedades, o único município com áreas reformadas é Salto do Jacuí, onde estão localizados cinco assentamentos da reforma agrária, com 206 famílias, cuja área dos lotes variam entre 11,33 a 28,10 hectares, conforme o (BRASIL, 2017b).

Com esta constituição do Colegiado Territorial – CODETER Centro Serra, a participação das diversas representações das organizações sociais, entre elas, as dos públicos prioritários descritos acima, passa a fazer parte de diversas atividades da gestão dos editais do PROINFs. Os sujeitos beneficiários destes editais variam ao longo dos anos, demonstrando as articulações políticas e de gestão que estão presentes entre os atores dentro do CODETER, que analisamos a seguir. Segundo BRASIL (2017b), no primeiro ano que o CODETER estava constituído, o ano de 2009, não teve nenhum projeto executado, porém, nos anos posteriores, podemos observar os projetos aprovados com os respectivos beneficiários na tabela 01. Os públicos beneficiados majoritariamente na gestão dos PROINF's dentro do CODETER Centro Serra se caracterizam por serem de maneira abrangente, vinculados ao público da agricultura familiar.

Na tabela 01, observamos que foram aprovados quatorze (14) projetos com recursos do PROINF, sendo que em dez (10) projetos, temos como beneficiários diretos, o público da agricultura familiar em geral; enquanto os projetos contemplados que tem como beneficiários os públicos prioritários, foram apenas quatro (4), sendo destes: um tendo apenas como público alvo os assentados de áreas reformadas, dois que contemplam duas distintas comunidades quilombolas (Linha Fão e Júlio Borges) e um que se destina para os sujeitos de assentamentos e quilombos.



Tabela 01 – Públicos beneficiados nos editais do PROINF no território Centro Serra

Ano	Proponente	Município	Objeto	Valor	Continua Público beneficiado
2010	CI/JACUI	Sobradinho	Apoio à economia solidaria e capacitação.	95.256,00	Agricultura Familiar
2010	CI/JACUI	Sobradinho	Apoio a comunidades quilombolas, aquisição de equipamentos e veículos para Bases de Serviços e implantação de horta comunitária.	450.000,00	Quilombolas
2010	CI/JACUI	Sobradinho	Formação e assessoria técnica as atividades de organização e dinamização econômica do Território Centro Serra	210.114,00	Agricultura Familiar
2011	PM PASSA SETE	Passa Sete	Construção de pavilhão e aquisição de duas câmaras frias.	300.000,00	Agricultura Familiar
2012	PM SALTO DO JACUI	Salto do Jacuí	Caminhão com tanque isotérmico para coleta e transporte de leite	200.900,00	Assentados
2012	PM ARROIO DO TIGRE	Arroio do Tigre	Aquisição de veículos e equipamentos.	147.000,00	Agricultura Familiar
2013	PM SEGREDO	Segredo	Aquisição de equipamentos para a Patrulha Agrícola.	100.000,00	Agricultura Familiar
2013	PM ARROIO DO TIGRE	Arroio do Tigre	Aquisição de Caminhão e Equipamentos para Agricultura Familiar	250.000,00	Agricultura Familiar
2013	PM LAGOA BONITA	Lagoa Bonita do Sul	Aquisição de automóvel, utilitário pick up cabine dupla, e equipamentos de informática	100.000,00	Agricultura Familiar
2013	PM ARROIO DO TIGRE	Arroio do Tigre	Aquisição de maquinas e equipamentos para processamento, embalagem e armazenagem de produtos agrícolas oriundos da produção	225.000,00	Agricultura Familiar



Ano	Proponente	Município	Objeto	Valor	Conclusão Público beneficiado
2014	PM IBARAMA	Ibarama	Estruturação das unidades de produção e distribuição de sementes e mudas e incentivo a comercialização através da estrut.	374.250,00	Agricultura Familiar
2014	PM TUNAS	Tunas	OBJETO	99.900,00	Agricultura Familiar
2015	PM SALTO DO JACUI	Salto do Jacuí	Melhoria da Infraestrutura Produtiva da Comunidade Remanescentes de Quilombo Júlio Borges por meio da aquisição de implementos agrícolas.	100.000,00	Quilombolas
2016	PM SALTO DO JACUI	Salto do Jacuí	Apoiar a estruturação produtiva de empreendimentos coletivos da agricultura familiar.	119.338,05	Quilombolas e Assentados

Fonte : BRASIL (2017b), BRASIL (2017c) e BRASIL (2017d).

Durante este período, tiveram algumas mudanças dentro do CODETER, como a elaboração de critérios para a seleção e aprovação de projetos nas suas instâncias. Este fato decorreu de uma análise histórica referente a problemas com os investimentos destinados por parte dos membros do colegiado, bem como pela equipe técnica que presta assessoria a este.

O processo de construção dos critérios aconteceu durante o final do ano de 2015 e início de 2016, onde já podemos notar a destinação de certos recursos para os públicos prioritários definidos pela política territorial, como é o caso do PROINF dos anos de 2015 e 2016, se diferenciando do processo anterior, que destinou em maior parte os recursos para projetos de outros públicos, principalmente à setores da agricultura familiar do território, não tendo uma priorização das comunidades.



4 A ELABORAÇÃO DOS CRITÉRIOS PARA USO DOS RECURSOS DO PROINF NO TERRITÓRIO CENTRO SERRA

Para o atual estudo, analisamos as tomadas de decisões feitas pelo CODETER Centro Serra frente aos editais do PROINF até o ano de 2016, ou seja, os projetos apoiados no período de 2010 a 2016, que estão disponíveis no caderno territorial de 2015, publicado pelo MDA, e nos sistemas de convênios estabelecidos pelos municípios e consórcios intermunicipais. Como também, a experiência de criação de critérios vinculados à análise de projetos, e ainda, as suas influências nas ações vinculadas ao Colegiado Territorial do Centro Serra - RS.

Nos primeiros anos de atuação do CODETER Centro Serra – RS, entre os anos de 2009 a 2015, tivemos a adoção das tomadas de decisões referentes aos editais oriundos da política territorial, baseadas em debates diretos nas instâncias do colegiado e sendo decididos os projetos a serem aprovados em plenária, por meio de votação direta. Portanto, tínhamos uma forma de gestão democrática, que possibilitava a participação dos diversos atores sociais ao debate.

No entanto, as decisões tomadas em cima desta metodologia direta podem, por muitas vezes, serem equivocadas, pois são bastante influenciadas pelo capital político e as capacidades de articulação dos atores proponentes dos projetos em detrimento de outros aspectos, como a qualidade técnica, respaldo social e os resultados a serem obtidos com tal proposição.

Este processo de concentração dos recursos acaba estabelecendo como consequência, a exclusão de alguns grupos sociais - majoritariamente os que têm maior vulnerabilidade social - de acessarem os recursos dos editais. Outra possibilidade que pode ocorrer, é o desestímulo à participação das instâncias e das dinâmicas estabelecidas dentro desta gestão colegiada, por não serem contempladas as suas demandas dentro deste espaço, não se sentindo representados.

Esta situação está presente no caso do CODETER Centro Serra, pois os editais do PROINFs foram geridos nesta dinâmica, com debates e decisões diretas, havendo concentração por parte dos recursos em alguns municípios e na maioria dos casos não contemplando públicos como as comunidades quilombolas, indígenas e assentados da reforma agrária.



Na tabela 01 podemos observar, que entre os anos de 2010 a 2014, anteriores ao início dos debates sobre os critérios para análise e tomadas de decisões do CODETER, temos um ciclo de captação de recursos no modelo de decisões já descritos acima, contemplado projetos de incentivo a agricultura familiar, sendo o grande ‘norte’ de apoio do colegiado. Diagnosticamos que há uma concentração dos recursos aprovados na região central do território, principalmente nos municípios de Sobradinho, Arroio do Tigre e Ibarama, onde foram aprovados 7 de um total de 12 projetos, demonstrando uma grande capacidade de articulação dos respectivos atores sociais dos municípios, nas plenárias onde foram decididos os destinos destes recursos, e no colegiado de forma geral.

Com relação a destinação de recursos para projetos a serem implementados para o público prioritário, temos a explicitação de um caso dos 12 projetos anteriormente aprovados (sendo este um projeto do ano de 2010), que buscou um apoio a comunidades quilombolas, com aquisição de equipamentos e veículos para bases de Serviços e implantação de hortas comunitárias; e mediante o acompanhamento feito pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra (NEDET Centro Serra), vinculado a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), soubemos da aprovação de outro projeto, sendo este destinado para aquisição de um caminhão com tanque isotérmico para coleta e transporte de leite, repassado a comunidade do assentamento do Rincão do Ivaí, no município de Salto do Jacuí.

Portanto, novamente percebemos que ocorreu uma restrição dos recursos para as comunidades prioritárias, podendo este fato ter decorrido de alguns fatores, como o que se embasa na capacidade de articulação destes sujeitos dentro do colegiado, assim como a capacidade restrita de acesso aos conhecimentos técnicos de elaboração de projetos.

Desta forma, temos dois fatos relevantes de acordo com estes dados, o primeiro, que promove uma certa concentração dos investimentos e a dificuldade de acesso aos editais que passaram pela gestão do colegiado, por parte das comunidades prioritárias.

Outro diagnostico referente à aplicação dos recursos nos projetos aprovados neste período, é que muitos dos projetos estavam atrasados e com problemas nas suas gestões de operacionalização, como são os casos da compra de alguns equipamentos e de veículos, e da construção de instalações já concluídas, onde enfrentamos problemas, como é o caso da construção de um pavilhão e da aquisição de duas câmaras frias, do PROINF de 2011.

Perante estes fatos, no ano de 2015, alguns membros do CODETER juntamente a equipe de assessores do colegiado, realizaram um estudo da situação de como se



encontrava os recursos implementados no território, onde foi levantaram alguns problemas com os projetos beneficiados, tais como: problemas na organização social para a gestão destes, o atraso na execução, entre outros.

Desta forma, buscando estabelecer uma melhor dinâmica e orientação para a elaboração e acompanhamento dos projetos à serem desenvolvidos, a escolha de critérios dentro do CODETER Centro Serra visou trabalhar a abrangência da política territorial brasileira, o histórico das associações e dos projetos a serem contemplados, o envolvimento social, entre outros.

Assim, após um período de estudo, reflexão e discussões, estabeleceu a necessidade de adotar uma metodologia norteada por critérios que viessem a efetivar que os objetivos da política territorial fossem cumpridos, como o esforço da gestão participativa, o trabalho de inclusão e estruturação dos públicos prioritários, e uma melhor eficiência do uso dos recursos públicos.

Desta forma, foram elaborados os seguintes critérios:

- a) Projeto deve ter abrangência territorial comprovada;
- b) Projeto deve aproveitar os recursos do território (matéria prima, mão-de-obra, etc.)
- c) Projeto deve ter contrapartida financeira ou econômica do proponente;
- d) Deve-se observar o histórico do projeto, do proponente e dos beneficiários;
- e) Projeto deverá passar pela análise técnica dos Núcleos Técnico e Dirigente;
- f) Projeto deve estar em concordância com as diretrizes do PTDRS;
- g) Deve-se analisar a consolidação e organização da entidade para que esta seja beneficiada;
- h) Preferência dos públicos prioritários;
- i) Prioridade para projeto de base agroecológica;
- j) Projetos devem favorecer a sucessão familiar rural (Colegiado Territorial do Território Centro Serra, 2016).

Assim, os dois editais que envolveram a adoção dos critérios estabelecidos direta ou indiretamente, apresentaram reflexos positivos na seleção dos projetos a serem aprovados, como podemos observar nos PROINFs de 2015 e 2016, onde os públicos beneficiados foram a comunidades quilombolas, assim como a associações de mulheres presentes no Território Centro Serra.

Este resultado ocorreu devido a maiores participações dos atores oriundos destes públicos prioritários, bem como da compreensão e sensibilidade dos outros atores que participam do CODETER, sobre os objetivos da política territorial mediante seu processo histórico para execução, como também o exercício de análise e reflexão sobre as ações que foram feitas e seus resultados. Todos estes fatores aliados ao trabalho estabelecido pela



assessoria técnica prestada pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET Centro Serra, então responsável pelas mediações e articulações no Colegiado.

Por fim, este processo conferiu uma nova metodologia de trabalho, no que tange aos processos de seleção e aprovação de projetos dentro do colegiado, onde estes passaram a ter uma avaliação prévia, maior respaldo social, e assim, uma maior eficiência no uso dos recursos públicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisamos neste trabalho o acesso dos chamados públicos prioritários (indígenas e quilombolas) aos recursos da política territorial, em específico do Programa de Infraestrutura dos Territórios Rurais (PROINFs), no período de 2009 a 2016, no Território Centro Serra do RS. Verificou-se que o acesso destes públicos prioritários a esta política pública era historicamente inexpressivo, situação que só começou a mudar a partir de 2015, com a discussão e criação de critérios mais objetivos e transparentes para seleção de projetos no âmbito do CODETER Centro Serra. Decorrente disso ocorreu destinação de recursos dos PROINFs de 2015 e 2016 para estes públicos prioritários da política territorial então vigente

Apesar de ser recente este processo de elaboração e execução da dinâmica de seleção dos projetos, nota-se que ocorreu um maior análise sobre os projetos, considerando os objetivos da política territorial. Ao proporcionarem maior grau de análise, por consequência, os critérios possibilitaram uma melhor destinação dos recursos em consonância com os objetivos propostos na política territorial, indo ao encontro dos princípios da abordagem do desenvolvimento territorial.

No que tange aos públicos com maiores necessidades socioeconômicas e as comunidades tradicionais, públicos priorizados na política territorial, os critérios podem ser entendidos como um mecanismo de auxiliar os mesmos a acessarem os editais, colaborando principalmente no processo de tomada de decisão na gestão colegiada do território, conferindo maior transparência e legitimidade ao processo. A propósito, cabe ressaltar também que há uma necessidade cada vez maior de analisar esta dinâmica estabelecida a partir de critérios claros e transparentes para seleção de projetos ao longo dos anos, carecendo haver mais dados, análises e estudos que abordem o tema no âmbito da política de desenvolvimento territorial brasileira.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Território Centro Serra**. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_qua_territorio148.pdf>. Acesso em 12 de abril de 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Perfil Territorial**, Centro Serra – RS. Elaboração: CGMA, maio de 2015. Disponível em <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_148_Centro%20Serra%20-%20RS.pdf>. Acesso em 12 de abril de 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portal dos Convênios. SICONV - Sistema de Gestão de Convênios. **PROPOSTA: 032515/2015**. Relatório emitido em 07 de março de 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portal dos Convênios. SICONV - Sistema de Gestão de Convênios. **PROPOSTA: 019835/2016**. Relatório emitido em 07 de março de 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretária de Desenvolvimento Territorial. **Proinf – Resumo Geral**. Portal dos NEDET, 2017. Disponível em : <http://191.33.175.161/portaldosnedets/jasperphp/gerarRelatorio.php?P_USU=1600&relatorio=sdt_proinf_resumo_geral&formato=pdf&P_ANODE=2003&P_ANOATE=2016&P_CONDICAO=1&PHPSESSID=598b47fa7c8046353c6570c45e4da3cc>. Acesso em 13 de abril de 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Marco referencial para o apoio ao desenvolvimento de territórios rurais. **Documentos Institucionais** 02, Brasília, DF, 2005. Disponível em <http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2017.



Colegiado Territorial do Território Centro Serra. **ATA 03/2016**. Estrela Velha, Rio Grande do Sul. 15 de março de 2016.

Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PRONAT, Gestão Social e Desenvolvimento Territorial**. Disponível em <http://www.redesans.com.br/redesans/wp-content/uploads/2012/10/Programa-Nacional-de-Desenvolvimento-Sustentavel-dos-Territorios-Rurais-E2%80%93PRONAT.pdf>. Acesso em 12 de abril de 2017.

FAVARETO, A. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável. v.12. Brasília: IICA, 2010. Disponível em <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Serie-DRS-vol-12-Politicas-de-Desenvolvimento-Territorial-Rural-no-Brasil-Avanos-e-Desafios.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2017.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. O colegiado de desenvolvimento territorial e a gestão social de políticas públicas: o caso do Território Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1201-1223, set./out., 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/rap/v46n5/a02v46n5.pdf>. Acesso em 12 de abril de 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**, Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Censo demogr., Rio de Janeiro, p.1-215, 2010. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf . Acesso em 22 de abril de 2017.

VEIGA, José Eli. A face territorial do desenvolvimento. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 3, N. 5, p. 5-19, set., 2002.